

O TRABALHO DE DESCONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO DE GÊNERO COM PESSOAS LGBTQIA+ DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ACUPE¹

Daniele Correia Bulcão de Souza Passos²

RESUMO

Este trabalho analisa as vivências e experiências do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Acupe nos atendimentos com famílias que sofrem preconceito de gênero. Trabalhando na perspectiva voltada a área de assistência social, onde focalizou as relações familiares dentro de uma perspectiva da autoestima das mulheres, crianças, adolescentes e idosos cadastradas no CRAS de Acupe. No geral percebemos a vulnerabilidade e a necessidade de trabalhar com a autoestima diante do preconceito sofrido socialmente mediante a questão do gênero e as dificuldades aceitação, diálogo e respeito comunitário. Contudo é importante ressaltar que foi de grande relevância este trabalho e seu desenvolvimento onde analisamos ações voltadas diante da marginalização dos historicamente excluídos, reconhecendo suas potencialidades diante de uma sociedade capitalista, sexista e homofóbica.

Palavras-chave: Centro de Referência da Assistência Social (São Francisco do Conde, BA) - Pesquisa. Quilombolas - Acupe (São Francisco do Conde, BA). Homofobia - Acupe (São Francisco do Conde, BA).

ABSTRACT

This work analyzes the experiences of the Social Assistance Reference Center (CRAS) Acupe in the care with families who suffer gender prejudice. Working in the perspective focused on the area of social assistance, where it focused on family relationships within a perspective of the self-esteem of women, children, adolescents and the elderly registered in the CRAS of Acupe. In general, we perceive the vulnerability and the need to work with self-esteem in the face of prejudice suffered socially through the issue of gender and the difficulties of acceptance, dialogue and community respect. However, it is important to emphasize that this work and its development were of great relevance where we analyze actions aimed at the marginalization of the historically excluded, recognizing their potential in the face of a capitalist, sexist and homophobic society.

Keywords: Homophobia - Acupe (São Francisco do Conde, BA). Quilombolas - Acupe (São Francisco do Conde, BA). Social Assistance Reference Center (São Francisco do Conde, BA) - Research.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação do Prof. Dr. José Maclecio de Sousa.

² Discente do curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo realizo reflexões sobre a perspectiva de trabalhos de serviços socioassistenciais relacionados ao preconceito de gênero com pessoas LGBTQIA+ realizadas pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), abordando aspectos pertinentes à comunidade de Acupe da cidade de Santo Amaro da Purificação - BA.

É importante evidenciar que o CRAS é um equipamento público ligado direto à rede que presta serviços socioassistenciais nos municípios e integra a Política Nacional de Assistência Social, sendo uma unidade pública responsável pela oferta de serviços de proteção social básica da assistência social, constituindo-se como um espaço onde os serviços são executados de forma direta e articulados com outras redes, na perspectiva de promover e assegurar direitos sociais que compõem o tripé da Seguridade Social (BRASIL, 2004).

Considerando as características da população atendida, deve fundamentalmente inserir-se na articulação intersetorial com outras políticas sociais, particularmente, as públicas de saúde, educação, cultura, esporte, emprego, habitação, entre outras, para que as ações não sejam fragmentadas e se mantenha o acesso e a qualidade dos serviços para todas as famílias e indivíduos (PNAS/2004).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em sua criação, preconiza um conjunto de deliberações que incluem ações, visando de forma preventiva, a diminuição de impactos relacionados às fragilidades nas quais as famílias menos favorecidas estão expostas, dentre elas está o fortalecimento dos vínculos familiares, já que o mesmo utiliza a família como foco de suas atribuições (BRASIL, 2005).

A Assistência Social também promove projetos de enfrentamento da pobreza, materializados nos programas bolsa família e programa de atenção integral à família, os quais são ações, destinadas a grupos populares, que buscam subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes assegurem meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade devida, a preservação do meio ambiente e sua organização social (PNAS/2004).

No conjunto de suas ações, o CRAS possui o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF que tem como objetivo o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, assim promovendo oficinas de geração de trabalho e renda, grupo de convivências, atividades sócio-educativas, orientações e encaminhamentos à rede integrada socioassistencial (BRASIL, 2004). O trabalho desenvolvido com as famílias referenciadas no território de abrangência do CRAS:

Privilegia a dimensão sócio educativa da Política Nacional de Assistência Social na efetivação dos direitos relativos às seguranças sociais afiançadas. Assim, as ações profissionais relacionadas aos serviços prestados no CRAS devem provocar impactos na dimensão da subjetividade política dos usuários, tendo como foco central a construção do indivíduo e da autonomia na garantia dos direitos com superação das condições de vulnerabilidade social e potencialidades de riscos (PNAS/2004).

O acesso da população usuária a essa política pública ocorre via serviço social através de instrumentos como entrevista social, visitas domiciliares e acompanhamento das famílias, além de reuniões sócio-educativas para todos os atendidos nos projetos do CRAS, tendo ainda sua inclusão nos programas sociais do governo federal, popularmente conhecido como a porta de entrada dos serviços socioassistenciais e também carinhosamente chamado de “Casas das famílias”.

Dessa forma, em contraste com equipamentos de atendimento social engessados, os diferentes agentes profissionais que se identificam com as políticas públicas desenvolvidas no CRAS encontram no diálogo e nas relações vivenciais das suas respectivas comunidades uma base para entender e atender as necessidades socioassistenciais dos demandantes, processo que ocorre na comunidade de Acupe.

Conhecida entre os seus moradores como “Terra quente”, Acupe é uma comunidade remanescente de quilombo, banhada pela Baía de Todos os Santos, situada no município de Santo Amaro da Purificação no estado da Bahia, tendo como meio de subsistência a pesca no mar aberto e a mariscagem nos manguezais, importante berço de riquezas naturais.

Acupe é uma comunidade formada por homens e mulheres historicamente ligadas/os às práticas culturais de marisqueiras, lavradoras e pescadores. Também são comuns experiências comunitárias em que as/os mesmas/os tocam instrumentos como violão, viola, cavaquinho, pandeiro, agogô, fazem rodas de samba e outras diversas manifestações culturais, como “o negro fugido”, “carretas de palhas”, “bombacho”, “burrinha”, “capoeira”, “puxada de rede” e “mandu”.

Foi justamente neste cenário, que nos atendimentos realizados pelo CRAS de Acupe surgiram alguns trabalhos de oficinas, palestras, leituras, debates e discussões de diferentes textos, relacionados aos direitos humanos, abordando questões como intolerância religiosa, discriminação racial, violência contra as mulheres, o atendimento humanizado LGBTQIA+, os direitos de crianças e idosos, etc.

Considerando esse conjunto de atuação no campo de direitos humanos do referido CRAS, me chamou atenção as discussões voltadas às pessoas LGBTQIA+ que sofrem

preconceito de gênero, me conduzindo a um turbilhão de idéias e questionamentos relacionados aos estudos de gênero, diversidade e direitos humanos e suas potencialidades.

Assim pude observar que inicialmente existe um distanciamento do público da comunidade de Acupe nos atendimentos e atividades desenvolvidas pela equipe do CRAS referentes às questões LGBTQIA+, surgindo posturas de receio. Algumas percepções sobre essa problemática na comunidade, muitas vezes preconceituosas, encontram-se carregadas de medo, algumas vezes de que seus familiares sofram violência por conta de não comporem gêneros heteronormativos, ainda vistos como padrão pelo senso comum, demonstrando um campo de atuação ainda bastante inicial e relevante para este contexto.

2 ESCRIVENDO A PESQUISADORA E SEU CONTEXTO

Ao descrever a experiência metodológica deste estudo, começo com minha narrativa como uma reverberação do conceito de interseccionalidade, onde trago a minha condição de mulher negra para reconhecer a minha relação social, cultural e econômica (HOOKS, 2021), o meu “papel”, perpassando os meus conceitos, construídos, moldados e redefinidos ao longo da minha trajetória, produzindo assim as aprendizagens proporcionadas pelo fazer dessa pesquisa.

Nesse sentido, sigo porque antes de mim muitas seguiram e infelizmente muitas tiveram suas histórias subtraídas dos livros e das narrativas históricas. Salve, salve, Djamila Ribeiro (2020), Chimamanda Ngozi Adichie (2019), Conceição Evaristo, Margareth Menezes, Dona Maria Rendeira de Saubara, Edite do prato de Santo Amaro, Nicinha do Samba em Santo Amaro, Perília Bulcão em Acupe, Judite Barros em Saubara. Mulheres que recentemente tive oportunidade de ler e ouvir e que me fizeram renascer a importância da escrivência e das relações sociais nos estudos acadêmicos.

Na leitura do livro “Lugar de fala” de Djamila Ribeiro (2019), percebemos o quanto fomos silenciadas pelo fato de sentenciarem que não temos “capacidade para falarmos” do racismo, que ceifou vidas pretas, subalternizadas pela branquitude (HOOKS, 2019) e até mesmo pela heteronormatividade (HOOKS, 2019), por meio dos mecanismos de padronizações/invisibilização que recaem sobre corpos pretos.

Sou porque alguém foi e sigo muitas vezes sem forças. Construo e reconstruo a vida apesar dos moldes colonialistas (UNIAFRO, 2016) que não contemplam as nossas particularidades negras. Trago essa ressignificação para compreender que sou sujeita, mas não

estou sujeita a ditadura. Serei resistência. Serei com os meus. Meus passos e minhas escolhas são referenciados pela minha ancestralidade. Minhas raízes, minha essência, são proventos do sangue que foi derramado do meu povo, escravizado, minorizado, invisibilizado, silenciado, apagado e morto. Assim encontro uma autorização para incluir nesse trabalho uma narrativa da minha história, gestacionada com minha comunidade.

Eu, Daniele Correia Bulcão de Souza Passos, mulher, negra, quilombola, moradora em Acupe no município de Santo Amaro da Purificação, Estado da Bahia. Sou assistente social, mas antes do Ser, sou porque muitas antes deram o seu suor para que aqui estivesse: bacharel em serviço social, especialista em psicopedagogia institucional, clínica e hospitalar, e bacharelanda em Letras.

A minha formação educacional iniciou-se na escola pública distrital Coronel José Antonio Torres no período da alfabetização até as séries iniciais do ensino fundamental (1ª à 4ª série), em Acupe. Depois mudei para uma escola na cidade de Santo Amaro da Purificação onde frequentei as séries finais desta etapa (5ª à 8ª) na escola pública estadual Pedro Lago e Luiz Viana Filho.

No ensino médio estudei na escola pública Centro Educacional Teodoro Sampaio onde cursei o Magistério - um curso de formação de docente para as séries iniciais. Posteriormente, realizei a graduação em serviço social na Universidade Salvador (UNIFACS). Na sequência, o curso de pós-graduação em psicopedagogia na Faculdade de Candeias (FAC).

A minha história está intimamente ligada a educação e aos processos educacionais. Sou filha caçula de 4 filhos. A minha mãe possui formação no curso de ensino médio para o magistério. Juntamente com ela, eu e meus irmãos, trilhamos como formação básica do ensino médio o curso normal que nos habilitou para o ensino nas redes de ensino.

Durante minha vida toda escutei e vivenciei na prática a oratória de minha mãe, que sempre colocou a educação como um processo para que tivéssemos não somente sucesso na sociedade, como também uma formação para vencer as adversidades, visto que sempre fomos de origem pobre e o estudo era o nosso meio de resistir à situação imposta socialmente.

Por isso, não à toa, as cenas de preconceito de gênero, homofobia e transfobia que presenciei na comunidade durante a minha infância já me inquietavam a ponto de me fazer sentir revolta, uma vez que já entendia que as pessoas são diferentes e essas diferenças e particularidades formam uma sociedade.

Lembro da minha participação em projetos culturais no ambiente escolar, cujo incentivo de grandes mestres possibilitaram o meu crescimento e foram alicerces quando diante das dificuldades muitas vezes pensei em desistir. Com carinho recordo quando a

professora Norma criou um projeto para levar os alunos ao teatro, esse foi o meu primeiro contato com esse ambiente.

Com uma postura de resistência, percebo a minha inserção no dia a dia nas questões sociais, culturais, políticas e ambientais, construindo relações dialógicas onde estou inscrita, possibilitando uma dinamicidade da minha experiência no encontro com a experiência das minhas companheiras (mãe, irmãs, amigas, vizinhas, colegas de turma). Esta forma de relação constrói um processo de formação e informação via troca de saberes e produção de conhecimentos em conjunto e nas contradições do cotidiano. Esses aspectos foram relevantes para o meu crescimento profissional e pessoal.

Desenvolvi atividades laborais como educadora social onde senti que ampliei os horizontes da minha percepção, até então delineadas pelo cotidiano da minha comunidade. Comecei a perceber o quanto as problemáticas sociais, culturais e religiosas estão interligadas.

Realizei diversos cursos de aperfeiçoamento profissional e pessoal: com temas da educação, cultura, políticas públicas, gestão cultural, ética, cidadania, legislação, pacto pela educação, censo escolar, dinheiro na escola, programa do livro, alimentação escolar... Cursos de formação continuada que contribuíram para a consolidação de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades sociais e culturais.

A experiência com a docência em classes do ensino fundamental I me possibilitou a vivência com crianças e adolescentes em escolas públicas. Além disso, continuei o desenvolvimento de atividades socioeducativas com a parceria dos familiares, dos grupos culturais e dos agentes da comunidade local em Acupe.

Neste período me envolvi com uma rede de profissionais da educação e cultura dos municípios de Santo Amaro da Purificação e Saubara, o que contribuiu para a minha inserção em ações e projetos geridos pelas escolas.

Participei de atividades de elaboração de projetos educacionais nas escolas, atuando na escrita de projetos políticos pedagógicos, no gerenciamento de recursos diretos da escola, na organização do caixa escolar, nas reuniões de pais e mestres, na participação das jornadas pedagógicas e organização de eventos sociais e culturais com a presença e o protagonismo de crianças e adolescentes, articulando grupos culturais local.

Destaco o projeto “Banho de Balde: Na ótica das vivências descobrimos saberes”, à época premiado pelo MEC. Essa experiência foi desenvolvida no município de Saubara/BA em uma comunidade de pescadores, marisqueiras e rendeiras, com o objetivo de suscitar o reconhecimento e a valorização dos saberes sobre as culturas e os patrimônios.

A participação em projetos culturais em cidades do Recôncavo baiano, Santo Amaro da Purificação, Saubara e São Francisco do Conde, contribuíram para a minha identificação cada vez maior com práticas culturais, artísticas e literárias comunitárias. Dessa maneira, articulei projetos culturais para as escolas públicas e grupos culturais locais, realizando cursos de formação e atividades de mediação por meio de consultoria no Programa de Acompanhamento Escolar, atuando como educadora social no distrito de Acupe e povoado do Bangala, cidade de Santo Amaro.

Uma breve descrição de Santo Amaro também manifesta elementos importantes na minha trajetória, especialmente pelos patrimônios culturais. Com o tombamento pelo IPHAN, destaco a existência do Conjunto Arquitetônico Histórico; registrados pelo IPHAN e IPAC, o Samba de Roda, a Capoeira e o Bembé do Mercado. Também são marcantes diversos equipamentos institucionais, educacionais, artísticos e culturais: a Casa do Samba, os Pontos de Cultura, os Terreiros Culturais, o Memorial, o Museu dos Humildes, o Teatro Dona Canô, o Arquivo Público, a Biblioteca Municipal de Padre Loureiro e o NICSA. Tais equipamentos e expressões compõem uma diversidade cultural cuja participação comunitária endossa a relevância da região do Recôncavo baiano, tanto para os moradores, como para a própria sociedade do Estado da Bahia.

Com este relato trago o meu lugar de pensar, sentir e agir, corroborando com uma compreensão importante que baseou a forma como se deu este estudo e artigo, a de que os padrões sociais hegemônicos estão relacionados à branquitude e ao racismo estrutural, assim como estão interligados ao preconceito de gênero, à homofobia e à transfobia.

Trabalho a partir do entendimento que a exclusão de raça e gênero continuam perfazendo uma sociedade racista, homofóbica, transfóbica e sexista, reprodutora de modelos colonialistas, cuja herança principal se evidencia toda vez que o povo periférico sofre violação de seus direitos.

A partir dessa perspectiva delinheiro o modo de observar e analisar as experiências e fenômenos que atravessam o povo negro e a sociedade, atenta a relação entre o negro e o negro, o negro e o branco, a relação do opressor e do oprimido presentes nas relações de gênero e diversidade e a perspectiva de mudança social, apesar das contradições da sociedade atual.

Dessa forma, é como se esta minha escolha pela pesquisa (qualitativa) acerca do CRAS e sua relação com a realidade comunitária de Acupe diante da temática de gênero e diversidade, representasse uma contínua caminhada em meu terreno vivido, trazendo como

destaque lugares e experiências que podem ser percebidos como meios de fomentar as lutas sociais por direitos existentes nessa realidade comunitária.

Nesse sentido, trabalhei a presente metodologia como uma abordagem exploratória sobre o tema e a realidade pesquisada, relacionando fundamentos e perspectivas das políticas públicas que conduzem o CRAS com minhas percepções a cerca do trabalho deste equipamento na comunidade de Acupe, geradas na minha condição como moradora, para refletir sobre a realidade de pessoas LGBTQIA+ em suas buscas de auxílio, escuta qualificada e encaminhamentos acessíveis neste território.

3 DESCONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO DE GÊNERO COM PESSOAS LGBTQIA+ COMO PERSPECTIVADE TRABALHO DO CRAS

O preconceito de gênero com o grupo LGBTQIA+ acontece há muito tempo, sendo um dos problemas gerados e reproduzidos por sociedades machistas que requer contínuo debate social sobre a sua conjuntura social e seus impactos.

Um primeiro argumento sobre este problema é pertinente e necessário, exposto na declaração dos direitos humanos: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade” (Declaração dos Direitos Humanos, Art. I).

Em consonância, encontra base legal no Brasil a partir dos avanços da Constituição Federal de 1988, visibilizando a importância e a responsabilidade do Estado na criação e execução de políticas públicas de modo a garantir os direitos dos cidadãos, vide o título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais, capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Art. 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Também importa afirmar o pressuposto de que “Um ser humano pode ter a identidade de gênero de mulher, de homem ou ainda outras identidades de gênero possíveis” (KOTLINSKI, 2013, p.3), para corroborar na necessidade do reconhecimento de que a categoria gênero é diferente da categoria sexo - este diz respeito à características biológicas específicas – englobando singularidades, que se manifestam com importante diversidade. No tocante a categoria gênero, vale lembrar que:

Todas as palavras têm uma história, são distintos os símbolos, significados e interpretações que se tem a respeito de determinados conceitos e relações. Ignorar este caráter social e historicamente construído pode ser um grande equívoco quando trabalhamos com o conceito de gênero, cujo cerne é sair de explicações das desigualdades fundamentadas sobre as diferenças físicas e biológicas, afirmando seu caráter social, histórico e político (Scott, 1992, 1995; Nicholson, 2000).

Com esses termos e definições é possível perceber que a questão de gênero e diversidade sexual é um modo de descrição e de intervenção na sociedade na busca pela igualdade de condições nas relações sociais, culturais, políticas e econômicas. Desse modo, o debate sobre gênero marca a sociedade contemporânea, desencadeando mobilizações e discussões sobre a diversidade em diferentes países.

No entremeio dos conflitos atuais em relação as questões de gênero e diversidade, destaca-se a reivindicação pelo reconhecimento e inclusão social de pessoas LGBTQIA+, de onde a década de 1990 é considerada uma referência nessa passagem, pois é marcada por um contexto reivindicatório em que diferentes movimentos sociais denunciam diversos contextos de violência, práticas discriminatórias e violações de direitos.

Isso converge na problemática das violações de direitos humanos, como por exemplo, as que afetam pessoas transexuais:

São múltiplas as violências cometidas contra as pessoas transexuais. A patologização social dessa experiência identitária talvez seja a mais cruel, pois irradia a convicção de que são pessoas inferiores. Cruzar os limites dos gêneros é colocar-se em uma posição de risco. Quando se afirma que existe uma norma de gênero, deve-se pensar em regras, leis, interdições e punições (BENTO, 2011, p. 554).

No tocante à pessoas trans, Jesus (2013, p. 373) descreve outro componente fóbico quando:

[...] buscam legalmente adequar o seu registro civil ao nome e ao gênero com o qual se identificam encontram obstáculos desumanizadores, sendo em geral demandadas, mesmo as que não desejam, a se submeterem a arriscadas cirurgias de redesignação genital para que lhes seja concedido o direito fundamental à identidade. Isso, além de ser uma violência institucional, é uma prática eugenista de esterilização forçada contra um grupo populacional, em pleno século XXI. Em síntese, significa afirmar que o Estado brasileiro tem exigido de pessoas transexuais e travestis a sua esterilização antes que possam ter o direito ao reconhecimento legal de sua identidade social.

Questões como essas presentes nas contradições atuais da sociedade brasileira, suscitam políticas públicas de enfrentamento, com especial destaque aos trabalhos educativos que endossam a desconstrução do preconceito de gênero com pessoas LGBTQIA+.

Nesse viés, ao CRAS compete o desenvolvimento de atividades educativas e preventivas que contribuem com a execução de políticas públicas de assistência social promotoras de qualidade de vida dessa população, uma vez que tem como missão:

Ser a referência local da Assistência Social, capaz de ofertar e coordenar em rede os serviços, programas e projetos que previnam situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2004)

A Resolução 845/2018 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) dispõe sobre a atuação de assistentes sociais neste espaço, onde é possível verificar possibilidades educativas de abordagem junto às pessoas LGBTQIA+. Com isso, a ideia é de assegurar que a identidade de gênero e a diversidade de expressão sejam reconhecidas no conjunto dos processos de trabalho da assistência social.

Para tanto, é relevante perceber que o acervo de políticas públicas e o conjunto de ações do Estado repercutem na realidade social, envolvendo aspectos econômicos, políticos e sociais e que se desdobram em programas, projetos e serviços, garantidos em Leis para a consolidação e viabilização de direitos (SILVA, 2000).

As políticas públicas possuem características e contribuições imprescindíveis, ficando nítida a necessidade de se dá a devida importância aos atores que as compõem, desde a sua criação, até a execução e avaliação. Elas não se restringem a leis e normas, possuindo a intenção de alcançar metas e resultados (SOUZA, 2006).

Em relação ao CRAS, a LOAS (Lei orgânica da Assistência Social) institui a criação e operacionalização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), pautada como aliança entre as três esferas federativas com o objetivo de executar a consolidação de uma gestão de cunho descentralizado e participativo (BRASIL, 2005).

Por isso, é relevante considerar os interlocutores das ações desenvolvidas no CRAS, construindo projetos e programas para a melhoria na vida em sociedade, que se associem as vivências como uma forma de fomentar iniciativas que promovam relações interpessoais e o protagonismo no seio das organizações sociais.

Esse pressuposto possibilita que o CRAS seja percebido como um espaço de democratização de saberes e articulações de sujeitos questionadores e promotores de benefício social comunitário, principalmente quando pensamos os desafios em torno da desconstrução de preconceitos de gênero em termos de diversidade sexual. Assim o compromisso de atender regulamentações legais vai se entrelaçando ao conhecimento técnico dos profissionais que atuam nessa instituição, como também com a prática do dia a dia da sociedade.

Composta por uma equipe técnica de vários profissionais, visando garantir o melhor atendimento e execução das políticas públicas à população, o trabalho da/do Assistente Social de CRAS possui importante destaque na materialização das ações desenvolvidas em cada comunidade e equipamento em que se realizam os seus trabalhos. Na comunidade de Acupe, por exemplo, a equipe do CRAS é composta por uma coordenadora, duas assistentes sociais, uma psicóloga, três educadoras sociais, uma estagiária, uma recepcionista e um auxiliar de serviços gerais.

Dando ênfase a perspectiva de trabalho dos/das assistenciais sociais, identifica-se no Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), uma autarquia pública federal, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), “a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional” desta categoria de trabalhadores no Brasil, como se apresentam a RESOLUÇÃO CFESS N° 845, de 26 de fevereiro de 2018 e a RESOLUÇÃO CFESS N° 615 de 8 de setembro de 2011.

No conjunto dos princípios e diretrizes que regulamentam a profissão, é possível perceber que esta possui responsabilidades na luta em defesa da dignidade humana, que também se desdobra na promoção e conscientização sobre a importância do respeito à diversidade e o atendimento mais humanizado para população LGBTQIA+.

O Código de Ética do/a Assistente Social endossa essas possibilidades quando no Capítulo IV - Das Relações com Entidades da Categoria e demais organizações da Sociedade Civil, Art.12, afirma que constituem direitos do/a assistente social “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania”.

Nessa direção, Yamamoto (1994) contribui ao problematizar que esse profissional não pode negligenciar o Código de Ética do Assistente Social, pois ele é o instrumento normativo e direcionador do fazer profissional, constando seus direitos e deveres, perante a classe, usuários, instituições empregadoras, outros profissionais e organizações da sociedade civil, podendo o profissional ser legalmente penalizado em caso de descomprimindo dos preceitos desse código.

No Código de Ética do/a Assistente Social encontram-se princípios fundamentais no trabalho com pessoas LGBTQIA+, pautando o:

Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; [...] Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual.

Essas orientações implicam no aperfeiçoamento dos conhecimentos dos/as assistenciais sociais e no aprimoramento dos seus instrumentais e técnicas de trabalho conforme os desafios sociais surgem. Logo, envolver o direito à identidade de gênero e à diversidade nas atividades realizadas pelo CRAS constitui uma prática de atendimento ao usuário da política de assistência social, buscando diminuir as divergências entre o discurso e a prática de uma sociedade ainda LGBTfóbica.

Desse modo, considerando o que se projeta com a Política Nacional de Assistência Social, o preconceito de gênero vem ganhando destaque quando se realizam diagnósticos de problemáticas importantes das realidades atendidas pelo CRAS.

É importante informar sobre os obstáculos na realização desse trabalho de assistência social, considerando que o preconceito de gênero muitas vezes está institucionalizado em muitas manifestações e lugares de poder, como igrejas, escolas, instituições de trabalho e por muitas vezes na própria família dos usuários.

Ainda vivemos socialmente pressionados pelo sexismo e pela heteronormatividade, que consituem elementos estruturadores do modelo padrão familiar e social, que se associa a visões distorcidas do termo sexualidade, repercutindo no cotidiano em diferentes grupos na sensação de repúdio à diversidade sexual, por conseguinte à violência.

No entanto, e justamente por isso, essas questões devem ser discutidas na sociedade, por meio de um diálogo aberto e responsável, podendo se dá pela análise de situações cotidianas que norteiam o respeito à diversidade, o direito à participação, a potencialização do engajamento, a motivação para o aprendizado e a responsabilidade entre pares.

Como encaminhamento para a mitigação destas situações-problemas algumas propostas para o seu enfrentamento tornam-se potentes a partir do trabalho do CRAS, a saber: 1- Diagnóstico colaborativo dos agentes sociais e grupos comunitários ; 2- Reunião de consultoria individual e coletiva com os agentes e grupos ; 3- Elaboração de projetos que desenvolvam a desmistificação de rótulos historicamente construídos; 4- Sensibilização para Participação Cidadã dos agentes e dos grupos sociais nas instâncias deliberativas na esfera local, regional e nacional; 5- Executar ações que, priorizem a identidade cultural, a sociabilidade e a afirmação social compartilhando o respeito aos direitos, a sociabilidade, a tradição e as dinâmicas culturais agenciadas pelos agentes, coletivos e grupos culturais observando e respeitando a diversidade de gênero.

4 CONTRIBUIÇÕES DO CRAS DE ACUPE COM O TEMA DA DIVERSIDADE DE GÊNERO E PESSOAS LGBTQIA+

Sendo uma comunidade tradicional quilombola, cujas características identitárias e territoriais, o processo histórico de luta e manifestações culturais são potentes, a atuação do CRAS em Acupe incrementa o conjunto de práticas de fortalecimento das relações socioambientais que definem e garantem a qualidade de vida de seus moradores, encontrando no tema da diversidade de gênero um campo de contribuições relevante, se projetando como um espaço de reconhecimento, acolhimento e reforçador da inclusão de pessoas LGBTQIA+ dessa localidade.

É relevante visibilizar que neste território é forte o enfrentamento da problemática de que somente os brancos, ricos e letrados se tornariam ocupantes de cargos públicos e posições sociais considerados de poder. Diante disso, políticas públicas e experiências sociais de inclusão voltadas para a diversidade racial e sociocultural vem contribuindo com a emancipação, ressignificando outros grupos sociais que socialmente eram desmerecidos enquanto raça, categoria profissional e escolaridade.

No tocante ao preconceito de gênero com pessoas LGBTQIA+ na comunidade de Acupe, há o atravessamento das questões históricas que compõem a problemática da diversidade de gênero na atualidade, acompanhadas pelas tensões e lutas pelo reconhecimento, garantia de direitos e inclusão plena que podem transformar essa realidade mais ampla e local.

Em consonância com o que Vasconcelos (2007) afirma, o CRAS, por meio dos seus profissionais, está inserido nesse conjunto de políticas públicas que visa contribuir com tais processos, uma vez que se baseia na construção da consciência crítica e integração de seus usuários na busca por direitos sociais.

As possibilidades de trabalhos com esse viés surgem a partir do acesso da população usuária aos serviços nesse CRAS. O que ocorre através de instrumentos como entrevista social, visitas domiciliares e acompanhamento das famílias, além de reuniões socioeducativas, estas, destacam-se pelo foco dado nas abordagens para que todos os usuários atendidos compreendam a importância da quebra de tabus sociais, mesmo que diante de anseios, medos e das situações-limite que a realidade social impõe em termos de quem sofre preconceito de gênero, especialmente quando em sua própria casa, que nem sempre representa um lugar de acolhimento e diálogo.

Em todos esses processos ocorre o estímulo e mobilização dos usuários à participação efetiva no CRAS, a fim de estabelecer uma relação para endossar a conquista de benefícios que favoreçam a sua existência e relações com a coletividade. Além desse aspecto relacional direto com o usuário, se desenvolvem planos de supervisão e programas, pensados como um trabalho mais amplo entre a instituição e a comunidade. Com isso é possível imprimir maior profundidade ou alcance das discussões sobre as situações cotidianas e sociais referentes ao preconceito de gênero, construindo projetos e programas para a melhoria na vida em sociedade.

É dessa maneira que no decorrer do trabalho do CRAS se torna possível conhecer os lugares, espaços de trabalhos, relações sociais, origens, gostos, preferências e narrativas pessoais que compõem a vida na comunidade e os desafios existentes nela. Como esse elo norteador, os atendimentos acessam diversas situações de violência e preconceito de gênero que passaram os seus usuários, inclusive no próprio ambiente familiar.

Atitudes machistas e preconceituosas que desprezam, desautorizam e violentam pessoas LGBTQIA+ encontram-se presentes em narrativas que revelam dificuldades nos seus mais variados espaços de vida. Os tipos de comentários que os membros de sua convivência fazem sobre a sua existência, revelam como não se sentem compreendidos e aceitos em a sexualidade de gênero, algumas vezes chegando a “naturalizar” a violência sofrida.

O conhecimento de realidades como essas suscitam abordagens e encaminhamentos para atendimentos especializados voltados aos usuários que sofrem violência de gênero e trabalhos educacionais englobando um conjunto maior de pessoas, evitando a reprodução desse modelo de sociedade excludente e injusta. Nessa condição, aos profissionais da assistência social cabe a promoção desse debate e a realização de práticas que endossam políticas públicas e projetos que possam contribuir com o fim desses tipos de sofrimento.

Em Acupe, o CRAS faz a incorporação dessa problemática na medida em que busca estimular o potencial do ser humano LGBTQIA+, valorizando e trabalhando o seu reconhecimento social, a sua visibilidade na sociedade, o conhecimento de seus direitos sociais, o aparato legal que o protege, bem como a sua autoestima, uma vez que em quase sua totalidade tratam-se de pessoas que sofreram ou ainda sofrem preconceito, propiciando, portanto, a elaboração da sua importância dentro do âmbito familiar e perante a sociedade.

Para tanto, dentre as atividades que são realizadas, destacam-se: rodas de conversa, palestras diversas, oficinas de pintura em tecido e de culinária e exibição de filmes. A vantagem dessas práticas consiste na possibilidade de alcançar diversos agentes, por meio

de ações de baixo custo, além de, em conjunto, oportunizar formas de gerar recursos financeiros para os usuários ou facilitar a sua inserção no mercado de trabalho, contribuindo na garantia de renda ou estabilidade financeira para o custeamento de seus gastos pessoais, desafio importante da assistência social diante de grupos vulnerabilizados.

Mesmo assim, no decorrer da aplicação das propostas de acolhimento e trabalhos educativos surgem várias dificuldades e limitações. Por exemplo, a frequência irregular dos usuários durante as atividades educativas grupais; a necessidade de articulação com outros técnicos e instituições; a efetivação do planejamento de atividades a fim de não permitir falhas de cronograma ou alcance dos objetivos elaborados, mantendo a credibilidade junto ao usuário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse estudo foi possível conhecer e perceber os trabalhos realizados pelo CRAS acerca dos problemas de preconceito de gênero que atravessam a vida de pessoas LGBTQIA+, abordando aspectos da realidade da comunidade de Acupe.

No que se refere ao trabalho da/do assistente social, a escuta qualificada do público LGBTQIA+ desencadeia o censo crítico e profissional no que diz respeito à conduta e o agir profissional, endossando a sua importância como um dos principais agentes responsáveis pelo acesso às políticas públicas que contribuem com o enfrentamento de violação de direitos e lutas sociais de populações vulneráveis.

No CRAS de Acupe, no que se refere ao preconceito de gênero com pessoas LGBTQIA+, o trabalho iniciado representa uma semente plantada para a formação de uma sociedade plural de cultura, religiosidade, linguagens e condições sociais.

Nesse sentido, é imprescindível o debate sobre diversidade sexual na vida comunitária, por isso que a perspectiva futura deste trabalho de assistência social, de enfrentamento ao preconceito de gênero, por conseguinte, de inclusão de pessoas LGBTQIA+ de Acupe, deve estimular ações conjuntas com escolas, demais instituições e espaços da comunidade, para assim favorecer processos de formação de qualidade e responsabilidade social nas aprendizagens coletivas, desenvolvendo competências e habilidades com uma maior troca de vivências e relações sociais comunitárias.

Referências

ABESS - Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Diretrizes curriculares e pesquisa em serviço social. Cadernos ABESS nº 8. São Paulo: Cortez, 1998. 117p.

Adichie, Chimamanda Ngozi. No seu pescoço/Chimamanda Ngozi Adichie ;tradução Julia Romeu . _ 1ed_ São Paulo: Companhia de Letras.2017.

ARAÚJO, E. **O Teatro dos Vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial**. Rio de Janeiro: Jose Olímpio, 1993.

ARAÚJO, N. **Pequenos Mundos: um panorama da cultura popular da Bahia. Salvador:** Empresa Gráfica da Bahia, 1986. Capítulo: Saubara no coração do recôncavo (92-109)

BARROCO, M.L. Os fundamentos sócio-históricos da ética, In: Capacitação do Serviço Social e Política Social: modulo 02: Crise Contemporânea, Questão Social e serviço Social. Brasília: CEAD, 1999. P. 120-130.

BARROS, Judite Santana. **Saubara dos cantos, contos e Encantos**. Salvador:Secretaria da cultura e Turismo, 2006. 214.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**. Florianópolis, mai./ago., p. 549-559, 2011.

Bortolini, A. (2011). Diversidade sexual e de gênero na escola. Revista Espaço Acadêmico, 11(123), 27-37. Recuperado de <https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/13953>

BOULOS ,Junior,Alfredo .Historia .Sociedade e cidadania .Edição reformulada 8 ano, Alfredo Baulos Junior,2 ed São Paulo, 2012 .

BRASIL, Código de ética do Assistente Social. Lei 8662/93 de regulamentação da profissão. 3º ed. Rer. E atual. Brasília: Conselho Federal de serviço Social.

Brasil. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. 60 páginas “Atualizado em 13.3.1993, com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS n.290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. 1.ASSUNTO I. Título

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em: 02 de abril de 2021.

BRODBECK, Marta de Souza Lima. **Vivenciando a história: metodologia de ensino da historia** /Marta de Souza Lima Brodbeck-Curitiba;Base Editorial,2012:Il.col;23cm.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. Supervisão em serviço social: o supervisor, sua relação e seus papéis. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CARVALHO, Ana Paula Comin; BEATRIZ, Cintia. **Territorialidades negras em questão: conflitos e lutas por direitos e reconhecimento: Norte, Nordeste e Centro-oeste** /Organizado por Rosy de Oliveira, Muller- Cruz das Almas:EDUFRB;190p.:(coleção Uniafro, 2016)
Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 17 fevereiro. 2022.

FLORES,Joana. **Mulheres negras e museus de Salvador: diálogo branco e preto** /Joana Flores Salvador, 2017.

GIL, Antonio Carlos. Sociologia geral / Antonio Carlos Gil. – São Paulo: Atlas,2011.
Historias da escravidão e do pós abolição para as escolas/Organizado por Giovana Xavier _Cruz das Almas :EDUFRB;Belo Horizonte : Fino Traço,2016.

hooks,bell, 2019,Olhares negros:raça e representação/Bells hooks;tradução de Stefhanie Borges.São Paulo: Elefante,2019.

hooks,Bell,1952- Anseios:raça,gênero e políticas culturais/Bell hooks;traduçãoJamille Pinheiro .São Paulo:Elefante,2019.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.

MARX, K. Para a crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

Ribeiro, Djamila. Pequeno manual antirracista/ Djamila Ribeiro _1ed_ São Paulo:Companhia das Letras,2019.

TERRA, S. H. Código de Ética do Assistente Social comentado. Organização do Cfess. São Paulo: Cortez, 2012.